

MULHERES



AGORA
EU SOU
UMA
ESTRELA

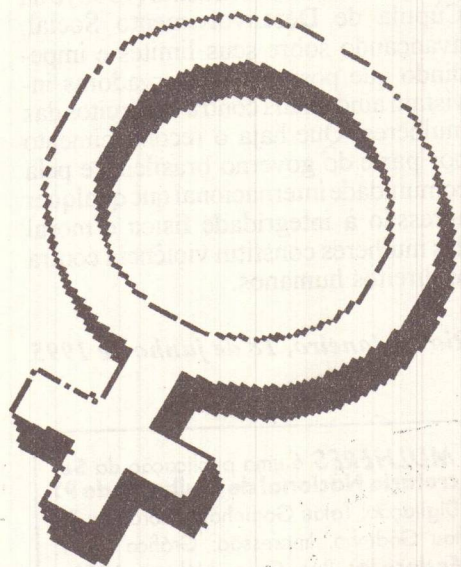
BOLETIM DA SECRETARIA NACIONAL DE MULHERES - Nº 8 - JULHO/95

EDITORIAL

Com o objetivo de contribuir para a divulgação e ampliação do debate das mulheres brasileiras na preparação da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, organizada pela ONU, estamos divulgando a declaração final da Conferência Nacional das Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing.

A Conferência Nacional significou um processo de organização e mobilização das mulheres brasileiras que não se esgota na preparação da conferência da ONU. Ficou evidente a necessidade de retomada de uma articulação mais ampla e permanente do movimento de mulheres para, em primeiro lugar, cobrar os compromissos que o governo brasileiro assumiu em âmbito internacional e, de maneira mais ampla, o compromisso com uma agenda de políticas públicas necessárias para alterar as condições de vida das mulheres.

Nós, mulheres do PT, nos colocamos a obrigação de participar e contribuir para o fortalecimento do movimento de mulheres neste processo.



Declaração das Mulheres Brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher

Durante os dias 15 a 18 de junho de 1995, 700 mulheres de todo o país participaram da Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo a Beijing realizada na cidade do Rio de Janeiro e aprovaram a seguinte declaração.

O Movimento de Mulheres no Brasil vem se organizando nacionalmente desde janeiro de 1994, para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher: Igualdade, Desenvolvimento e Paz, que será realizada em Beijing-China. Neste processo estiveram envolvidas milhares de mulheres em 25 Foruns Estaduais que agregaram cerca de 800 grupos e entidades e realizaram quase uma centena de atividades.

Este processo tem sido marcado pelo respeito às diversidades e pela multiplicidade das formas de organização, evidenciando a riqueza do movimento de mulheres. Participaram mulheres de diferentes regiões, raça/etnia, idade, orientação sexual, portadoras de deficiência, opções religiosas e partidárias, expressando diferenças culturais e sociais.

1. Nós, mulheres brasileiras, alcançamos nas últimas décadas importantes avanços no sentido da superação das desigualdades de gênero. Conquistamos espaços políticos que transcendem as barreiras do cotidiano doméstico, saímos da invisibilidade a que estávamos relegadas assumindo-nos como sujeito social e político. Conquistamos direitos e ousamos querer mais. Esses avanços estão sendo ameaçados por uma lógica de exclusão social e que aprofunda as desigualdade de gênero. Reunidas na Conferência das Mulheres Brasileiras Rumo a Pequim, queremos trazer a público a situação de opressão, desigualdade e discriminação das mulheres em nosso país.

2. Não podemos deixar de repudiar e nos contrapor a política neoliberal e aos impactos da política de ajuste estrutural, geradas por um modelo de desenvolvimento excludente e desumano, que vem aumentando as dificuldades das brasileiras, particularmente as de baixa renda, onde se concentra a maioria das mulheres negras e trabalhadoras rurais. Os efeitos da investida neoliberal se manifesta com força contra a classe trabalhadora, com a tentativa de destruição do sindicalismo classista e apoloia das forças de mercado.

3. A privatização do estado, em prejuízo dos serviços públicos, os reduzidos investimentos em serviços sociais fundamentais como saúde, educação e saneamento básico aumentam a pressão sobre as mulheres: significam mais horas nas filas de atendimento médico, menos escolas e creches, mais mortes

por parto, mais horas de trabalho e mais violência doméstica. Estas políticas reforçam os valores da cultura patriarcal, que responsabilizam as mulheres pelos cuidados familiares e encargos domésticos.

4. Os modelos e estratégias de desenvolvimento injustos constituem a base da miséria e marginalização crescente das mulheres, da degradação do meio ambiente, do número crescente de mulheres e crianças vivendo na prostituição e do recrudescimento do racismo. Enfrentamos no mundo e no Brasil tempos de intolerância, particularmente contra grupos étnicos e raciais não hegemônicos, contra as mulheres, contra os homossexuais, em particular as prostitutas e lésbicas, contra os pobres. A dívida externa, os projetos neoliberais e as normas internacionais de comércio acentuam as desigualdades regionais, sustentam o domínio dos países ricos, aumentam as desigualdades entre ricos e pobres, desgastam os recursos dos serviços básicos e buscam flexibilizar os direitos do mundo do trabalho. Este desenvolvimento baseado na lógica do livre mercado é incompatível com as aspirações da democracia social, política, econômica e racial que assegure o exercício dos direitos humanos das mulheres.

5. Os sistemas de comunicação e informação exercem influência cada vez mais decisiva na orientação social, política e cultural da sociedade. A falta de condições, direitos e acesso à mídia e o crescente monopólio dos meios de comunicação pelas transnacionais e por

parte das elites locais dificultam o exercício da cidadania e o acesso a uma informação diversificada e plural. Reforçam os estereótipos que servem à subordinação da mulher, a redução dos seres humanos a um padrão de beleza, a uma raça, a um tipo de sexualidade, a uma religião, um credo político.

6. A democracia e cidadania que aspiramos compreende direitos civis, políticos, reprodutivos, econômicos, sociais, sexuais e culturais que garantam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas. Precisamos construir um modelo com estratégias alternativas de desenvolvimento de modo a garantir as necessidades e aspirações humanas, criando processos democráticos participativos, que garantam a eliminação de forma definitiva, das desigualdades de gênero, raça/etnia e classe. Este modelo de desenvolvimento sustentável deve ser baseado em investimentos e políticas sociais que garantam a qualidade de vida e o bem estar das pessoas, respeitando as populações tradicionais e reconhecendo as especificidades culturais e regionais.

7. Não pode haver igualdade quando trinta e dois milhões de mulheres e homens convivem com a fome a cada dia. Fome e pobreza são a negação radical da dignidade humana, da democracia e dos direitos humanos.

8. Não pode haver igualdade quando um número imenso de mulheres tem que se submeter a trabalhos desumanos, muitas delas sem quaisquer direitos trabalhistas e mesmo sendo cerca de 37% da força de trabalho, recebemos pouco mais da metade do salário dos homens; e as mulheres negras aproximadamente a metade dos rendimentos das mulheres brancas.

9. Não pode haver igualdade quando as mulheres não conseguem exercer seus direitos reprodutivos e o livre exercício da orientação sexual, e é a própria legislação do país que induz as mulheres à realização de abortos clandestinos, colocando em risco a saúde e a vida de milhares de mulheres.

10. Não pode haver igualdade enquanto

permanecerem as discriminações das mulheres negras, índias, de terceira idade, portadoras de deficiência. Quando as mulheres ainda forem avaliadas por sua etnia/raça, condições físicas e orientação sexual e sua subserviência aos valores e costumes de uma sociedade machista e patriarcal.

11. Não pode haver igualdade enquanto a violência contra a mulher, doméstica e pública, contar com a indiferença do governo e da justiça, através do poder judiciário, do Ministério Público. Soma-se a esse quadro o tráfico de mulheres e a prostituição infanto-juvenil.

12. E não pode haver perspectiva de igualdade quando o governo brasileiro se torna o principal instrumento e propulsor das políticas neoliberais no país, reduzindo os investimentos sociais; impulsiona uma política de reformas que coloca em risco a soberania do país e ameaça os direitos que o movimento de mulheres e os movimentos sociais conquistaram nos últimos anos.

Por isso propomos:

a) Um modelo de desenvolvimento que implemente políticas públicas de combate às desigualdades sociais, étnicas e de gênero, com perspectiva de eliminar todas as formas de opressão e violência.

b) a redistribuição de recursos de maneira equitativa e justa, sem discriminar as mulheres, garantindo a eliminação da miséria e a qualidade de vida.

c) garantia de serviços básicos de saúde integral em todas as fases da vida, educação não discriminatória, serviços de creche, transporte e habitação. Queremos serviços que atendam as necessidades e especificidades das mulheres.

d) garantia dos direitos reprodutivos das mulheres com a descriminalização do aborto e o seu atendimento seguro em toda a rede de saúde pública.

e) estabelecer procedimentos para regulamentar a realização das pesquisas em seres humanos, particularmente em

técnicas reprodutivas.

f) manutenção dos direitos constitucionais e regulamentação da legislação ordinária, assegurando-se os direitos previdenciários para todas as trabalhadoras rurais e urbanas.

g) garantia do direito ao trabalho a todas as mulheres, trabalhadoras rurais e urbanas, com a reforma agrária e o direito à terra, inclusive das populações indígenas, extrativistas e negras remanescentes de quilombos.

h) promover o combate à violência contra as mulheres, que se expressa em todas as esferas da vida pessoal e pública. Especial atenção deve ser dada no combate ao tráfico de mulheres e menores na prostituição.

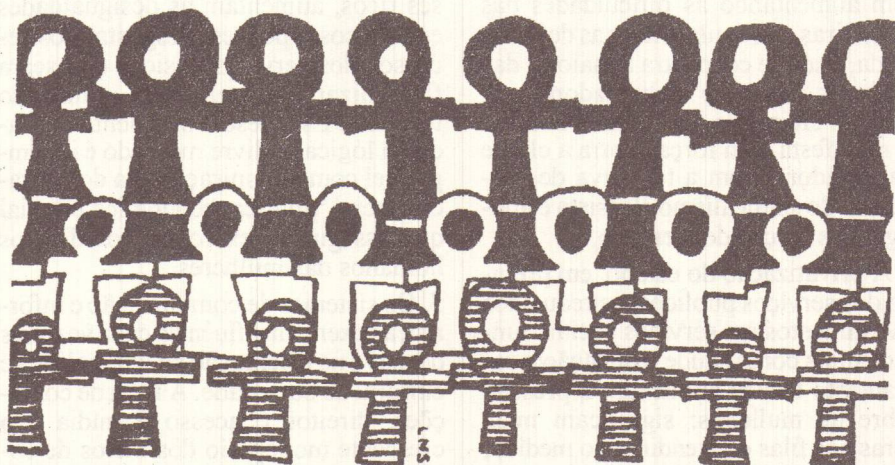
i) garantir o combate à violência racial, que se expressa também na repressão policial, na ação do narcotráfico e no extermínio da população negra.

j) garantia da democratização dos meios de comunicação, do acesso das mulheres a esses meios e a veiculação de imagens e conteúdos não discriminatórios que mostrem a pluralidade do gênero feminino.

k) fortalecer a participação das mulheres nos processos e instituições políticos decisórias com a finalidade de alcançar o equilíbrio entre homens e mulheres. Queremos a participação equitativa das mulheres em todas as estruturas de poder, instâncias de decisão e a criação de mecanismos que garantam esta participação.

O Movimento de Mulheres do Brasil exige que o Governo Brasileiro e a Comunidade Internacional reafirmem na IVª Conferência Mundial da Mulher as conquistas obtidas na Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), na Conferência de Direitos Humanos (1993), na Conferência de População e Desenvolvimento (1995) e na Cúpula de Desenvolvimento Social, avançando sobre seus limites e impedindo que posições conservadoras invistam ainda mais contra os direitos das mulheres. Que haja o reconhecimento por parte do governo brasileiro e pela comunidade internacional que qualquer agressão à integridade física e moral das mulheres constitui violência contra os direitos humanos.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1995



MULHERES é uma publicação da **Secretaria Nacional de Mulheres do PT**
 Digitação: Tatau Godinho; Editoração: Tatau Godinho. Impressão: Gráfica DR-PT.
Endereço: Rua Cons. Nébias, 1052 - Campos Elíseos - São Paulo/SP - 01203-002 - **Fone:** (011) 223.7999 - **Fax:** (011) 222.9665.